

A TRAJETÓRIA DA HISTÓRIA EM BUSCA DE SUA CIENTIFICIDADE. DISCUSSÕES E POSSÍVEIS CONCLUSÕES.

Luiz Fernandes

Faculdade Machado de Assis (FAMA)

E-mail: luiz.fernandes2008@hotmail.com

RESUMO

Desde a antiguidade os historiadores procuram rigor científico para sua produção. Essa busca prossegue, e no século XVI alcança a concretização. De início chegou-se a cogitar História como narrativa, devido ao fato dela contemplar os recitadores de estórias/histórias, cujas obras estavam mais presentes na Filosofia. Porém Heródoto colaborou para desmistificá-la considerando-a na perspectiva de investigação. No século XVII ocorre a estruturação da História como disciplina. E no século XVIII, a partir do Discurso do Método de Descartes, os campos de Filosofia e História têm seus campos delimitados. Com o avanço dos estudos no século XX, na França, foi fundada a Escola de Annales, que muito contribuiu para o aprofundamento crítico dos estudos de História. Mas seria a História uma ciência? Bloch, um dos fundadores da Escola de Annales concebe a História como ciência. Considera que deva ser estudada a partir de um método científico nos mínimos detalhes. Mas para alguns teóricos a História é uma ciência em construção. Assim esse artigo tem por objetivo retomar as discussões da cientificidade da História e esboçar algumas conclusões. E para tal alcance será adotado a metodologia da pesquisa bibliográfica/documental, a partir de material já elaborado principalmente a partir de livros e artigos científicos.

Palavras-chave: História – Trajetória - Cientificidade – Discussão – Concepções

ABSTRACT

Since ancient times historians have sought scientific rigor for their production. This quest proceeds, and in the sixteenth century achieves accomplishment. At first, we came to think of History as narrative, because it contemplated the reciters of stories / stories, whose works were more present in Philosophy. But Herodotus collaborated to demystify it considering it from the perspective of investigation. In the seventeenth century the

structuring of history as a discipline takes place. And in the eighteenth century, from the Discourse on the Method of Descartes, the fields of Philosophy and History have their spaces delimited. With the advancement of studies in the twentieth century in France, the School of Annales was founded, which greatly contributed to the critical deepening of history studies. But is history a science? Bloch, one of the founders of the Annales School, conceives History as a science. He considers that it should be studied from a scientific method in the smallest details. But for some theorists history is a science under construction. Thus, this article aims to retake the discussions of the scientificity of History and to sketch some conclusions. To this end, the methodology of bibliographical / documentary research will be adopted, based on material already elaborated mainly from books and scientific articles.

Keywords: History - Trajectory - Cientificidade - Discussion - Conceptions

1 - INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade os historiadores buscam rigor em sua produção. Essa busca prossegue e no século XVI alcança concretização. Para tal alcance colaborou o humanismo com suas exigências e prática nas escritas históricas. A começar pelo significado da palavra História que carrega em si o cerne da discussão, e em sentido amplo indagação e investigação. De início chegou-se a cogitar História como narrativa, devido o fato de que ela abrangia os recitadores de estórias, cujas obras estavam mais presentes na Filosofia. Como aclara Shotwell (167, p.34) para quem

a história começou como um ramo de pesquisa científica – quase a mesma coisa a que os atenienses chamaram mais tarde de Filosofia. O próprio Heródoto foi tanto explorador científico como recitador de narrativas, e a investigação de toda a sua vida foi historie no seu modo jônico de falar.

Porém o próprio Heródoto colaborou para desmistificar o sentido da História como narrativa. O que se deu a partir do século VI a.C. quando ele passou a empregá-la como sinônimo de investigação, cumprindo um papel importante, porque só se pode tomar ciência de algo acontecido no passado através do que ficou documentado para as gerações futuras.

2 - DESENVOLVIMENTO

Os tempos se passaram e somente no século XVII ocorre à estruturação da história como disciplina. A partir de então os documentos passam por uma censura crítica de validação ou não. O que torna possível identificar quatro aspectos no processo de conhecimento científico. Segundo Maia (2011) esses elementos são: os fatos empíricos, a formulação de teorias gerais, a dedução de consequências, e as afirmações das teorias.

Apesar desse avanço chegou-se ao século XVIII com a História e a Filosofia, ainda com seus campos de atuação não demarcados. Elas se confundiam por partirem do mesmo objetivo, compreenderem a realidade a partir da observação, ter uma mesma característica narrativa em busca da verdade. A delimitação entre esses campos só foi definido a partir do Discurso do Método de Descartes, quando o conhecimento pôde se especializar. As maiores contribuições, no entanto, ocorreram na Europa nas últimas décadas desse século a partir de dois fenômenos que inauguraram a configuração do mundo moderno. Um deles foi o modelo de produção artesã que foi substituída pelo sistema fabril gerando produção de bens e a outra se deu na política social. Nela o indivíduo passou a ser visto como livre, com direitos iguais aos seus pares, legislado pela organização maior – O Estado-nação. Ainda no século XVIII a História se torna mais explicativa, possibilitando tomar os fatos como objetos de conhecimento científico, assim como fazer previsões a partir dos mesmos.

Com o advento do século XIX foi necessário repensar conceitualmente o papel e a abrangência da História como “*corpus*” disciplinar. A narrativa do passado ficou diferente dos novos pressupostos que a modernidade apresentava. Dessa forma a definição contemporânea passa reafirmar a História como ciência que estuda o passado, analisa as transformações, e a partir das quais busca entender o presente.

Colaboraram para a nova ciência a aceleração industrial e a crescente urbanização que modificou a Europa, levando-a ao imperialismo e a lutas de classes. Tal fato gerou modificação no conceito de História, que passou a se estruturar a partir da Escola Metódica e do Positivismo inspirado por Comte, em um período conturbado da vida europeia. O Positivismo histórico buscava no estudo da História leis que regulassem o progresso do ser humano, possibilitando a contextualização dos fatos presentes, gestando assim uma atitude e uma narrativa presentista. Para Comte, as ideias religiosas perderam sua legitimidade gerando a desorganização social, inclusive apontou a Revolução

Francesa como um dos fatores responsáveis pela mudança, que se deu a partir de seu lema “liberdade, igualdade e fraternidade”, ocasionando muitas turbulências.

Os positivistas aprimoraram o trabalho de validação de documentos, entretanto coube a escola dos Annales o aprofundamento crítico. Essa instituição demonstrou que os fatos são frutos de épocas sucessivas, as quais sustentaram a memória oficial, ocorrendo também o inverso. A Escola dos Annales se consolida a partir de três gerações de historiadores. A primeira geração (1929-1946) é reconhecida como a dos fundadores. Dentre os fundadores figuram Marc Bloch e Lucien Febvre, que lutaram contra a concepção da História como delimitação política, narrativa e factual. Como considera Le Goff (2003) “quando esclarece que o grupo dos Annales teve como pedra de toque a interdisciplinaridade, a globalização, a preferência pelo econômico, social e estudos das mentalidades”.

Essa instituição se originou de uma revista acadêmica francesa, de mesmo nome, fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre, professores da universidade de Strasbourg. São eles os protagonistas do conceito de História ligada à ciência. O próprio Febvre definia a História como uma ciência do homem e do passado humano, das coisas e dos conceitos. Já Bloch valorizava a interdisciplinaridade. Para ele a História seria uma ciência do homem no tempo, focalizando a narração e a descrição, enquanto outras ciências cuidariam apenas da classificação e análise. Por isso sua concepção é que havia um ponto comum entre a História e as outras ciências que seria a finalidade última, a busca pela verdade.

Então Annales se propôs a problematizar a História, indo de encontro à coleção de fatos perpetuada pelas tendências dominantes do século XIX, buscando isenção da teoria marxista, que era uma tarefa a mais para os historiadores, passível de inúmeras críticas, já que esse investigador está inserido em um tempo histórico, o que o impede de traçar uma análise imparcial.

A segunda geração (1946-1968) apresenta como figura central Fernand Braudel, que seguiu outro caminho, ou seja, procurou unir a Geografia com o materialismo histórico e a Economia. Com tal mote buscou uma teorização próxima ao marxismo, mas isenta de componentes políticos, tais como defesa do Socialismo e de ideias de transformação da sociedade. Braudel foi considerado o grande propagador dos Annales, aquele que ganharia credibilidade em outras escolas científicas do mundo. Foi ele quem

criou o conceito de “longa”, “média” e “curta” duração, que se transformou a partir de 1960 em um norte para os estudos históricos.

Já a terceira geração (1968-1989) teve a frente o pesquisador Le Goff. Nessa gestão ocorre a fragmentação do projeto dos Annales, causada pela migração de pesquisas da base econômica para as manifestações culturais, e que, por conseguinte, culminou com a renovação da História Política e da inserção da longa duração através de fontes seriadas e diálogo com outras disciplinas, como a Antropologia. A produção dessa época influenciou a historiografia. Tais abordagens são conhecidas em nossos dias como Nova História ou História Cultural. Mas é preciso reconhecer que a História não pode dar-nos um esclarecimento total, por estar parcialmente acessível. Apenas algumas partes guardariam traços essenciais, identificáveis por historiadores experientes, por conta de sua singularidade. Como considera Hours, para quem

há sem dúvida entre situações políticas ou sociais que o decurso dos acontecimentos nos apresenta numerosas analogias, mas são sempre parciais ou fugitivas. Nada mais perigoso que prolongá-las ou generalizá-las e o cuidado que se tenha em utilizá-las é a grande qualidade dos homens de ação. (HOURS, 1979, p.111).

Então a abrangência da História é a de focalizar fatos ou acontecimentos? Para Jean Glénisson (1977) deve-se caracterizar o acontecimento por ser único, logo sem repetição, e o fato, pela miragem que o historiador faz do acontecimento um fato e transforma-o em objeto da História. Porém o objeto assumido não transforma a História em ciência e sim o percurso do historiador, o qual tem um comportamento científico diante dos fatos. Nesse aspecto corrobora Carr (2014, p. 65) ao afirmar que a História se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e os seus fatos, quer seja, um diálogo interminável entre o presente e o passado, entendendo este como a chave da compreensão do presente.

No entanto uma questão se coloca, é que a História não é uma mera sucessão de eventos, como esclarece Shotweel (1967, p.8-9) para quem “ é a manifestação de vida e por trás de cada acontecimento existe um espaço da mente e da vontade”. O autor ainda endossa que a função da História é saber mais sobre as relações entre os homens, situações e acontecimentos.

Assim o papel da História é desenvolver o senso crítico, apresentar possibilidades do que pode ser melhorado no presente a partir do que se conhece do passado, refletindo

sobre “como”, “onde” e “porque se vê”. E nesses vieses, estão os embates sociais que criam o discurso histórico e o discurso intelectual. O que se dá sem necessidade de verificação laboratorial, mas através da interação com o objeto de estudo, que não está imerso totalmente no passado nem no presente. O epicentro desse modelo científico é a ação humana, as controvérsias e o que se produz de historicidade a partir desses elementos. Como se registra em Bloch (1965), que destaca como característica da História a preferência pelo coletivo e a dimensão temporal que deve ser acrescida ao espaço.

No entanto para a História alcançar um patamar disciplinar é preciso valorizar o conhecimento prévio e uma abordagem que objetive a construção da consciência histórica. Pois através dela podemos compreender e esclarecer como viveram as sociedades no passado, seus erros e acertos. Então como disciplina científica a História deve desenvolver um esforço contínuo em busca de soluções para novos problemas através de novos caminhos. Nesse aspecto Hanke (apud ELIAS, 2001, p.30) consideram que

Existe uma sobreposição do contexto sobre o objeto, pois “a História está sempre sendo reescrita... “cada época, com sua orientação principal, apropria-se dela, impondo-lhes seus pensamentos. Em seguida, o louvor e a censura são distribuídos. Assim, isso vai até o ponto em que não mais é possível informação inicial”. Mas será que estudariam sem o impulso do presente?... será possível uma história inteiramente verdadeira?

Para Bloch (2002) o conhecimento histórico é autêntico, porque dentre outras coisas é um conhecimento prazeroso, o prazer do conhecimento do outro, a curiosidade de conhecer o contexto vivido pelos que nos antecederam e seus conhecimentos. Todavia Paul Veyne discorda dessa visão, para ele a história não pode ser uma “atividade intelectual gratuita”, por ser “uma atividade de conhecimento e não uma arte de viver”. (BLOCH apud REIS, 1996, p.89-91).

Com o avanço das discussões, a História Moderna procura se estruturar a partir de duas questões básicas que são “o que aconteceu?” e “por que aconteceu?” Para responder a primeira questão é preciso reunir os registros, levantar as evidências, as provas... Já para responder a segunda questão é preciso considerar “que cada História é, em resumo, uma explicação, e cada explicação é uma história “ (SHOTWELL, 1967, p.8). Contudo ainda é preciso saber que a História não se confunde com uma opinião, embora suas verdades sejam no futuro sujeitas a contestação. A verdade, no entanto, é que o conhecimento produzido pelos historiadores em certo período é provisório, pois quando em um futuro próximo ou não, uma nova fonte é descoberta e há possibilidade de atualizá-

lo. Por outro lado tal conhecimento é também descontínuo e seletivo. Não é possível estudar toda a História humana nos mais diferentes aspectos. É preciso delimitar o foco da pesquisa e seu objeto de estudo.

Por isso quando buscamos a verdade na História, temos que considerar que essa verdade é limítrofe. É o historiador que decide o que deve ser aceito ou não, a partir das fontes consultadas e pela escolha do conceito. No entanto o mais importante é o processo do trabalho do historiador, que partindo de “dados brutos”, deve produzir uma explicação convincente. Como considera Decca, para quem “com certeza, esse tipo de verdade é mais móvel, mais passível de reavaliação, mas isso não quer dizer que não exista produção de conhecimento na História ou que o conhecimento produzido por essa disciplina não seja rigoroso”. (DECCA, 1994, p.17)

Nesse aspecto o historiador E. H. Carr, na década de 1960, buscou questionar a essência do conhecimento histórico. Sua conclusão é a de que não existe uma resposta absoluta que possa definir História ou validar seu caráter científico. Considera que tudo depende da visão pessoal, que cada um tem de sua própria sociedade e de seu tempo de vida. A narrativa construída por ele pode se tornar ou não um fato histórico. O autor prossegue considerando que esse historiador interpreta o fato, tal como qualquer cientista, mas é preciso percorrer uma longa caminhada que requer habilidade em coletar e selecionar fontes, analisar uma bibliografia em sintonia com o tema, e questionar a documentação.

Já a respeito da função interpretativa do historiador vale citar Jürgen Habermas. Para ele existe uma diferença entre “aqueles que dizem simplesmente como as coisas se passam (tal é, entre outras, a atitude do cientista) com a atitude performativa daqueles que procuram compreender o que lhes é dito (tal é, entre outras, a atitude dos intérpretes)” (HABERMAS, 1989, p.42). Para esse autor (p.44) o fato é que “compreender o que é dito exige participação e não mera observação”, “em outras palavras, o historiador enquanto intérprete da realidade não é imparcial, pois juízos de valor se insinuam no discurso que constata fatos”.

Diante do exposto concebe-se que a História não é experimental, logo não se pode garantir a reprodução de um acontecimento já que esses estão inseridos em contextos, muitas vezes diferentes, o que impede ou dificulta as comparações (HOURS, 1979, p.74). Hours também considera que “não há repetição por causa da irreversibilidade da duração,

há, pelo contrário, uma renovação incessante”. Ele esclarece a amplitude da função do pesquisador histórico, ao ponderar que:

Querendo conhecer o passado e não podendo trazê-lo para a vida, deseja pelo menos ter uma representação dele e quer que ele seja o mais próximo possível da inacessível realidade. Essa representação é um conjunto. Nela vêm tomar lugar e compõem-se, pouco a pouco, os múltiplos pormenores que lhe trazem as suas fontes. E é incompleta, evidentemente, porque, dos inúmeros acontecimentos que num dado momento foram a vida da humanidade, só uma parte ínfima chega até nós nos documentos de que dispomos e, todavia, essa parte ínfima excede muitas vezes a possibilidade que o historiador teria de os conhecer. Ele não pode produzir na sua complexidade a realidade de outrora. Um jornal diário não consegue, senão com grande esforço, dar-nos uma pálida ideia da realidade atual e a coleção dos nossos jornais não seria em nenhum grau essa representação que o historiador procura (HOURS, 1979, p.90).

Mas seria a História uma ciência? Sabe-se que a diferença do conhecimento científico para outras modalidades de conhecimento é que o primeiro deve ser verdadeiro. E a História não faz parte das ciências exatas ou da natureza, mas ocupa-se do campo social, já que estuda as sociedades, limitando-se ao campo das humanas. Mas isso seria um fator determinante para que a História seja classificada como ciência? Para Bloch (2002) trata-se de uma ciência que tem como objeto de estudo a sociedade/ o homem. Porém, como se define ciência? O minidicionário Soares Amora (2009, p.144) define-a como “conjunto de conhecimentos fundados sobre princípios determinados”. Marc Bloch cuidou desses princípios ao estudar o universo epistemológico da História, e da educação histórica. Por isso ele afirma que História é uma ciência, e deve ser estudada a partir de um método científico nos mínimos detalhes, e que só é aprendido quando colocado em operação. Com registra Bousfield (2013) ao considerar que:

Pelas considerações blochianas, as manifestações desse método, é a categoria central na formação de professores/historiadores, visto que todo historiador tem a obrigação intelectual e moral de prestar conta do seu método. Além disso, as categorias que ele oferece a partir dessa ciência em operação são: ação política; utilização racional de um método; legitimidade intelectual; independência científica; continuidade humana; noção do diferente; noção de método crítico (identificação, análise, crítica, problematização); história efetiva e história científica; interpretação analítica; método; interdisciplinaridade; modo de operar; método de formação; formação de historiadores; interpretação histórica; observação histórica; problemática histórica ; prestação de contas; comunidade científica; ferramentas de exposição(descrição, narração, explicação); noção de tempo.

Bloch reitera que é de grande importância à articulação entre ensino, formação e pesquisa, que se processa a partir de um método científico. Considera preponderante a

atividade de grupos da comunidade que mediante a capacidade de análise de conhecimentos buscam resultados frente às historiografias já produzidas por outros da comunidade científica. Mas Cardoso (1981) não compartilha plenamente dessa visão, para ele apesar de todas as discussões realizadas por teóricos, a História ainda é uma ciência em construção, já que não busca verdades absolutas e eternas. Para esse autor os pesquisadores não dominam o método científico, estando por descobrir os meios de análise adequados ao seu objeto. Classifica a História como uma ciência muito jovem, que marcha, mas ainda em plena infância. Porém Bloch (2002) não acha tão nova, acrescenta que sob a forma de narrativa, e com aglomerado de ficções atreladas aos acontecimentos apreensíveis, a História é velha. Mas concorda com as dificuldades de sua constituição como ciência, tais como:

(...) penetrar, enfim, no subterrâneo dos fatos de superfície, para rejeitar, depois de seduções da lenda ou da retórica, os venenos, atualmente mais perigosos, da rotina erudita e do empirismo, disfarçados em senso comum. Ela (a História) ainda não passou quanto alguns dos problemas essenciais de seu método, os primeiros passos.

Para Gérard Noiriel (1997) a História só pode alcançar autonomia se concentrar sua investigação no modelo empírico, reforçando suas generalidades e a partir daí constituir sua matriz disciplinar. O autor Considera relevante a defesa do caráter da cientificidade da História a partir da prática coletiva de investigação, através do método. Quanto à questão da imparcialidade e objetividade esse autor se reporta a Monod, que já reconhecia a impossibilidade do historiador compreender o passado, desnudando-se de sua personalidade e incorporando sentimentos de outrem, de tempos passados. Contudo julga que as exigências para *status* de ciência são cumpridas a partir do princípio da solidariedade, capaz de parametrizar informações, pesquisas, e garantir a unidade da comunidade científica. Para ele como fruto dessa unidade, a produção tem contribuído consideravelmente para o progresso da História. Outro defensor da cientificidade foi Dilthey (1990): Para ele existe uma diferença entre as ciências do espírito e as ciências da natureza, mas isso não impede seu caráter científico. Pondera que embora sejam diferentes, as ciências do espírito têm como função aprender o significado da ação humana. E para tal alcance não é necessário que o historiador saiba predizer o futuro, nem tampouco explicar o passado, mas interpretá-lo. Por fim temos a contribuição de Tomas Kuhn (2006) para quem os historiadores por formação concebem a ciência como processo contínuo de desenvolvimento e acumulação. Mas esses profissionais não percebem que

seus empenhos se resumem “de um lado determinar quando e por quem cada fato, teoria ou lei científica contemporânea foi descoberta ou inventada. De outro lado, deve descrever e explicar os amontoados de erros, mitos e superstições que inibiram a acumulação mais rápida dos elementos constituintes do moderno texto científico”. (KUHN, 2006, p.20)

Encerra-se essa produção com o registro de Marc Bloch (2002) sobre o “o ofício do historiador” para quem o conhecimento do passado diz respeito às inquietações do presente, “novos tempos levam a novas historicidades” e “mesmo o mais claro e complacente dos documentos não fala se não quando se sabe interrogá-lo. É a pergunta que fazemos que condiciona a análise”.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre a cientificidade terão ainda um longo caminho a percorrer enquanto se desejar ter um mesmo paradigma para reger as ciências da natureza e demais ciências. O fato de as ciências Sociais terem se enquadrado no modelo científico das ciências duras, não garante, até o momento, que o mesmo se alcançará no campo das ciências humanas. Olhando a ciência como esforço contínuo que requer sangue novo, ideias novas e novas direções, entendemos que o resultado poderá ser positivo ou negativo. As crises fazem parte do processo. Isso porque não há conceitos históricos definitivamente verdadeiros. Se isso ocorresse não haveria necessidade de ciências, ou a mesma estaria com os seus dias contados. O conhecimento é verdadeiro dentro de um parâmetro estabelecido. Por isso a necessidade do método para toda academia. Trata-se de um esforço disciplinar, racional, de postura científica capaz de dar efetividade e conscientização a História. Não há que se preocupar se para um mesmo fato, os pesquisadores apresentarem versões diferentes. O fato de ser historiador, não implica em estar engessado a conclusões prontas. Tais contradições podem levar a expansão do alcance científico ou mudança de paradigma. Esse é o dia a dia da ciência.

Então, as características de ciência apontadas por Bloch e outros teóricos das diferentes gerações dos Annales são o trabalho solidário, disciplinado e o uso de um método que tem dado a História um papel marcante na produção do patrimônio cultural da humanidade. Não há porque duvidar. A História é uma ciência porque atende a uma doutrina, consenso da sociedade acadêmica, apesar de não ser possível validá-la através

de pesquisas empíricas. A chave para se chegar à verdade está na interpretação e na capacidade profissional e emocional do historiador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORA, Antônio Soares. **Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BLOCH, M. **Introdução a História**. Lisboa. Publicações Europa-América, 1965.

BOUSFIELD, A. A. A cientificidade da História e a formação de professores historiadores: aproximações entre Gaston Bachelard e Marc Bloch. **Tempos Acadêmicos**, v.7, p.1-10, 2013.

CARR, E. H. **Que é História?** In site: <https://rascunhoteca.wordpress.com/2014/02/27/fundamentos-das-praticas-midiaticas-i-24022014/> acesso em: 03 de novembro de 2016.

CARDOSO, C. F. **“Uma introdução a História “**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

DILTHEY, W. **L’edification du monde historique dans les sciences de l’esprit**, ed. Cit., y S. Mesure, Dilthey et la foundation de sciences historiques, PUF, 1990.

DRAY, W. H. **Filosofia da História**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

ELIAS, N. **A sociedade do corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GLÉNISSON, J. **Uma história entre duas erudições**, em “Revista de história”, CX, 1977.

HABERMAS, J. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1989.

HERÓDOTO. **História**. Lisboa. Edições 70, 2001.

HOURS, J. **O valor da História**. Coimbra, Portugal. Livraria Almedina, 1979.

KUHN, T. S. **O caminho desde a estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993, com uma Entrevista Autobiográfica**. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006. Tradução de Cesar Mortari.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

MAIA, E. S. **História: uma ciência em construção**. In: Congresso Scientiarum História IV, 2011, Rio de Janeiro. Anais do Congresso Scientiarum História IV. Rio de Janeiro: HCTE- UFRJ, V.1. p.296-301, 2011.

MONOD, G. **Les études historiques em France.** Revue Internationale de l'enseignement, XVIII, 1889.

NOIRIEL, G. **Sobre a crisis de La historia.** Tradução de Vicente Gómes Ibañez, Madri: Cátedra Valencia: Universitat, D. L. 1997.

REIS, J. C. **A História, entre a Filosofia e a Ciência.** São Paulo: Ática, 1996.

SHOTWHEEL, J. T. **A interpretação da História e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

SOUZA, I. L. C.; SALVADORI, A.; DECCA, E. S. **História.** 1. Ed. São Paulo: Globo, v.1. 90p, 1994.

VEYNE, P. M. **Como se escreve a História.** Brasília: DF: Editora UNB, 1995.